

# *40 ANOS DO GOLPE DE 1964: DITADURA NUNCA MAIS!*

Antônio Fernando de Araújo Sá

Departamento de História da UFS

Doutor em História Cultural pela UnB

## RESUMO

Este artigo objetiva pensar as comemorações dos 40 anos do golpe de 1964 a partir dos confrontos dos atores sociais em torno da produção da memória do acontecimento. Reitero, nesta avaliação sobre os confrontos entre as memórias, a importância da defesa da democracia como valor universal no debate político-historiográfico contemporâneo.

Palavras-chave: Golpe de 1964, memória, história.

## ABSTRACT

*This article goal is to think 40 years of the 1964 coup d'état commemoration, having as a departing point the battles of social actors around the production of event memory. In this assessment of the conflict between memories, I stress the importance of taking democracy as an universal value in contemporary debate political and historical.*

Keywords: 1964 coup d'état, memory, history.

*“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória colectiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”*

Jacques Le Goff (1984: 47)

Desde a publicação do monumental trabalho organizado por Pierre Nora (NORA, 1997), tem se tornado um lugar comum na cultura contemporânea afirmar que vivemos numa “*era das comemorações*”. Há na passagem para o novo século uma revalorização das práticas e usos da memória, que a transforma em um “*negócio tão grande*” que a celebração torna-se auto-referida, *memória lembrando memória* (OLIVEIRA, 2000). Isto pode ser percebido no mundo ocidental, tanto na França desde as comemorações do Bicentenário da Revolução Francesa (1989) e do Maio de 1968, quanto no Brasil, a partir das comemorações do centenário da Abolição da Escravidão, em 1988, e da Proclamação da República, em 1989. No caso brasileiro, os últimos anos foram marcados por eventos comemorativos, pela criação de diferentes espaços e lugares de memória e pela proliferação de estudos sobre a memória.

Proveniente do latim *commemorare*, que significa trazer à memória, fazer recordar, lembrar junto, comemoração pode ser definida “como uma *acção* de falar ou escrever sobre recordações bem como a reencenação formal do passado a que geralmente nos referimos quando usamos a palavra” (FRENTRESS & WICKMAN, 1992, p. 8). É sob ambos os aspectos, é que se demarca na memória coletiva aquilo que deve ser lembrado, daquilo que

deve ser esquecido, através da comemoração. O que reitera que debater sobre memória, é discutir a disputa em torno do controle do passado. Portanto, uma questão de poder.

Assim definida, a comemoração se insere naquilo que pode ser chamado a “*produção social do passado*”, o que a coloca como elemento central da construção da identidade e está fundada na memória, na medida em que envolve a coordenação das memórias individuais e coletivas, cujos resultados podem parecer consensuais quando eles de fato são o produto de processos de intensa contestação, luta, e, em alguns casos, de aniquilação (FERREIRA, 1997, p. 157; GILLS, 1996, p. 5). Comemorar deve ser entendido aqui como um ato de problematizar a memória instituída e não solidificá-la, inscrevendo-a nas contradições da história dos homens em suas múltiplas e possíveis leituras.

Ora, para se evitar mal entendidos teóricos, é necessário estabelecer uma tipologia sobre os três grandes tipos de discursos que organizam os vestígios do passado no presente: o da *testemunha*, o do *historiador*, o do *comemorador*. Segundo Tzvetan Todorov, a *testemunha* refere-se “ao indivíduo que convoca suas lembranças para dar uma forma, portanto um sentido, à sua vida, e constituir assim uma identidade”. Ao *historiador*, ele designa “o representante da disciplina cujo objeto é reconstituição e a análise do passado; e, de modo mais geral, toda pessoa que procure realizar esse trabalho escolhendo como princípio regulador e como horizonte último não mais o interesse do sujeito, mas a verdade impessoal”. Quanto ao *comemorador*, Todorov afirma que, como a testemunha, o comemorador é guiado pelo interesse, mas, como o historiador, produz seu discurso no espaço público - escola, meios de comunicação de massa, debates parlamentares etc. - apresenta-o dotado de uma verdade irrefutável. A comemoração, neste sentido, é a adaptação do passado às necessidades do presente.

Mas quanto ao historiador e ao comemorador é importante sublinhar uma diferença de fundo: enquanto a história complica nosso conhecimento do passado, a comemoração a simplifica. A primeira é sacrílega, a segunda, sacralizante. Daí seu alerta de que o “passado pode alimentar nossos princípios de ação do presente; mas nem por isso nos revela o sentido desse presente.” Tanto a sacralização do passado o priva de toda a eficácia no presente, como “a assimilação pura e simples do passado ao presente nos deixa cegos diante dos dois, e por sua vez provoca a injustiça” (TODOROV, 2002, p. 151-156 e 207).

Para se pensar as comemorações dos 40 anos do Golpe de 64, inseri duas dimensões que reputo como fundamentais. Primeiro, tais comemorações precisam ser pensadas no campo da história do tempo presente. Segundo, situá-lo a partir da expansão global de uma cultura e de uma política da memória, associada ao fim das ditaduras latino-americanas, ao “*apartheid*” na África do Sul e a derrubada do Muro de Berlim (HUYSEN, 2000). Então, o Golpe de 64 pode ser pensado como um “*passado que não quer passar*”, no qual os atores sociais em luta buscam, na conjuntura memorial do presente, reiterar a necessidade de se fortalecer a democracia, não obstante a política de esquecimento colocada em prática pela conciliação da transição democrática.

## 1.

Mesmo em países como a França, onde o desenvolvimento da história do tempo presente encontra-se, atualmente, institucionalizada, houve um longo embate historiográfico para que se desfizesse o estigma de objeto de estudo problemático, constantemente questionado em sua legitimidade. Inclusive, Pierre Nora chegou a afirmar que *a história contemporânea tornou-se uma história sem historiadores*.

René Rémond propõe três itens que comprovam a legitimidade científica e a relevância social da história do tempo presente. Primeiro, não há diferença entre a atividade de um historiador da Guerra do Peloponeso e a daquele que se interessa pela II Guerra Mundial. A proximidade não impossibilita a busca da verdade e o rigor da pesquisa é igual ou maior do que de outros períodos. Segundo, diz respeito à delimitação do campo que constitui o objeto próprio da história do tempo presente. Os historiadores do tempo presente devem rever continuamente a delimitação do seu campo de pesquisa, pois as mudanças provocadas pela aceleração da história trazem novos temas, novos objetos, novas abordagens, como é o caso da Guerra Fria, do comunismo, da descolonização, que, em pouco tempo, deixou de ser história do tempo presente para se tornar objeto do passado.

Por fim, qual é o impacto da reintegração do tempo presente na perspectiva do historiador? Quais os efeitos sobre o seu ofício e a prática de seus métodos? De um lado, com relação às fontes, os arquivos perderam seu caráter exclusivo, na medida em que se recorreu as fontes orais, visuais, da imprensa etc. O historiador que trabalha com o tempo presente tem a desvantagem da abundância das fontes ao invés da penúria. Por outro lado, segundo Rémond, o historiador do tempo presente varreu os últimos vestígios do positivismo, tanto quando ele sabe que sua objetividade é frágil, quanto sobre sua importância para a construção dos fatos (RÉMOND in FERREIRA & AMADO, 1996).

Como um dos grandes temas da história do tempo presente foi o estudo da presença incorporada do passado no presente das sociedades, Roger Chartier afirma que a contemporaneidade de seu objeto possibilita ao historiador do tempo presente partilhar “com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais”. Por isso, este historiador é, pois, “o único que pode superar a

descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e o dos homens e mulheres cuja história ele escreve” (CHARTIER in FERREIRA & AMADO, 1996, p. 216).

A propósito, continuamente os historiadores do tempo presente são confrontados com a palavra do testemunho pessoal daqueles que viveram o que está sendo relatado pelo profissional de história, muitas vezes interpelando-os com vibrantes recordações e indagações sem resposta. Como ressalta Arlette Farge, o *“testemunho e a objectividade da história parecem então contradizer-se ao mesmo tempo que ameaçam estabelecer um conflito, por vezes doloroso, entre memória e história”* (FARGE, 1999, p. 99-100).

O confronto entre memória e história, entre testemunha e relato, não seria por conta de *“a história nem sempre estar apta a trabalhar a palavra de outrem?”* Farge responde que a *“palavra em história serve demasiado facilmente o relato como simples episódio, desgarramento do discurso, e não é freqüente ela intervir como lugar principal de onde jorra a interrogação historiadora”* (FARGE, 1999, p. 100-101).

Mas se memória não é história, a sua irrupção, muitas vezes, incomoda o historiador pelo transbordamento de sensibilidades, sentimentos, enfim da subjetividade, que acaba por dificultar o ordenamento lógico da fabricação de determinado discurso histórico, marcado pelo relato coerente, ordenado e verídico, ora distraíndo-o ou mesmo desviando-o.

Como bem observou François Dosse,

*“Longe de estar confinada ao estatuto de resíduo ilusório, mistificado, de atores manipulados, a memória convida a levar em consideração os atores, suas competências, e nos lembra de que ela freqüentemente comanda a história que se faz”* (DOSSE, 2003, p. 291-292).

Neste sentido, Raphael Samuel propõe que a memória é uma força ativa e dinâmica, relacionando-se dialeticamente com o pensamento histórico, ao invés de ser apenas uma espécie de seu negativo. Sob o seu ponto de vista,

*“(...) a memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento; de modo que, longe de ser transmitida pelo modo intemporal da ‘tradição’, ela é progressivamente alterada de geração em geração. Ela porta a marca da experiência, por maiores mediações que esta tenha sofrido. Tem, estampadas, as paixões dominantes de seu tempo. Como a história, a memória é inerentemente revisionista, e nunca é tão camaleônica como quando parece permanecer igual” (SAMUEL, 1997, p. 41-45).*

No caso brasileiro, a história do tempo presente torna-se extremamente relevante na medida em que o esquecimento tem sido empregado como uma arma pelos responsáveis pela ditadura e pelos condutores das transições em direção à democracia, com o objetivo de, em nome de uma suposta unidade nacional, destruir a memória dos anos de chumbo como foi o caso do Riocentro e da Guerrilha do Araguaia. Como ressaltou o professor Francisco Carlos Teixeira da Silva, a história do tempo presente no Brasil encontrou inúmeros obstáculos para o seu desenvolvimento acadêmico, ora por certo preconceito acadêmico, ora pelo acesso restrito aos documentos - além da ação da censura política. Mas o mais importante na luta contra o esquecimento é a insistência numa “*memória das ditaduras*”, que possibilite, de um lado, a emergência de uma multiplicidade de lugares de fala dos diversos atores como enunciadores de uma memória da violência e do arbítrio e, de

outro, o engajamento na luta pela salvação de acervos, depoimentos e lugares de memória (SILVA in ASSIS, 2001).

Tal iniciativa se faz mais do que necessária na medida em que o Decreto 4553, assinado em 27 de dezembro de 2003, pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e mantido pelo governo Lula, afirma que “o prazo de duração de classificação ultra-secreto poderá ser renovado indefinidamente, de acordo com o interesse da segurança da sociedade e do Estado” (CARNEIRO, 2003). Esta medida, além de inconstitucional e antidemocrática, praticamente inviabiliza a possibilidade de se escrever sobre a história do tempo presente no Brasil, pois o dispositivo ampliou os prazos de segredo de todas as categorias de documentos e ainda permite, no caso dos chamados ultra-secretos, a renovação do sigilo indefinidamente.

## 2.

Os estudos dedicados às modalidades de construção e institucionalização das memórias contemporâneas foram decisivos para o início de novas pesquisas que tentam identificar, além do mero discurso histórico, as formas múltiplas e, possivelmente, conflitantes de rememoração e utilização do passado. Neste sentido, a história do tempo presente interpõe o desafio de enfrentar a questão da responsabilidade social do pesquisador na abordagem de temas controversos e que ainda tocam indelevelmente a vida das pessoas, como é o caso do golpe de 1964. Utilizando a imagem do *palimpsesto*, Bédarida afirma que “o tempo presente é reescrito indefinidamente utilizando-se o mesmo material, mediante correções, acréscimos, revisões”, num constante processo de reescrita (BÉDARIDA in FERREIRA & AMADO, 1996).



Construída num espaço de lutas, a memória de 64 impõe aquilo que Ricoeur chamou de “*dever de memória*”, ao propor um entrelaçamento entre história, memória e justiça, na qual a memória dos testemunhos (dos sobreviventes) dialoga com a história dos historiadores. Ao lado da pretensão de condenar os excessos da memória por parte dos historiadores, o autor defende uma política de “*justa memória*”, na condição de tema cívico da maior importância, na medida em que possibilita estabelecer a idéia de um “*dever de memória*” e de uma “*dívida*” em relação às vítimas da história, sem, contudo, retirar da história sua autonomia e sua “função corretiva de verdade” (SILVA, 2002, p. 437).

Então, Ricoeur defende uma relação “*indecisa*” entre a memória e a história, na medida em que ambas constituem modalidades essenciais de afirmação da consciência histórica e que as suas narrações não são uma *mimese* do espaço e do tempo reais, porque referenciam “*objetos ausentes*”. Assim, “a recordação e a historiografia constroem *re-presentificações* que interrogam os *indícios* e *traços* que ficaram do passado”. Nesta leitura, apesar do traço da *anamnese* individual ser interior, é possível ser ela provocada pelo testemunho do documento que “religa memória e história, através de interrogações que o historiador formula em função da sua própria existência, isto é, das suas retrospectivas e esperanças”. É que “o acontecido já não existe, no campo das *re-presentificações*, ele continua a ter futuro” (CATROGA, 2001, p. 45).

Os historiadores do tempo presente têm, então, se confrontado com situações que dizem respeito ao trabalho da lembrança e do luto, que carregam consigo os traumas da memória (individual e coletiva). Isto possibilita pensar as comemorações dos 40 anos do golpe de 1964 a partir dos confrontos dos atores sociais em torno da produção da memória do acontecimento. O processo de transição à democracia trouxe consigo questões que

fizeram com que militares e os militantes de esquerda repensassem suas visões sobre o golpe de 1964.

A memória militar sobre o golpe de 1964 só recentemente recebeu a devida atenção por parte dos historiadores. Talvez porque os próprios militares não tinham interesse em rememorar a experiência vivida pela intervenção militar no cenário político. A necessidade de intervir na memória coletiva pode ser buscada ao longo do processo de transição à democracia, quando a imagem dos militares encontrava-se arranhada pela violência e o terror implementado pela ditadura militar.

Nos depoimentos colhidos por Maria Celina D'Araújo, Gláucio Soares e Celso Castro (1994) vislumbra-se o papel central do anticomunismo na explicação dos motivos que levaram ao golpe. Contudo, esta intervenção militar deve ser inserida no contexto da Guerra Fria, na medida em que os depoimentos dos militares relevam que, ao lado da Indochina, Argélia, Cuba, *“1964 é visto como mais um episódio da grande guerra ideológica entre comunismo e capitalismo”*. A visão destes militares conduz a uma leitura de um “‘contragolpe’ ao golpe de esquerda que viria, provavelmente assumindo a feição de uma ‘república sindicalista’ ou ‘popular’”. Para eles, o pecado capital da esquerda foi a quebra dos princípios da hierarquia e da disciplina militar como o apoio a revolta dos sargentos em 1963 e a dos marinheiros e fuzileiros navais em março de 1964. Isto por si só seria motivo para a intervenção militar, segundo alguns. Por outro lado, no depoimento de Leônidas Pires Gonçalves, *“a Revolução saiu sob pressão da sociedade civil”*, pois, assustados com a possibilidade de a esquerda tomar o poder, a Igreja, empresários e classe média foram cúmplices do golpe. Neste mesmo depoimento, o general expõe sua mágoa ao afirmar que *“(…) hoje em dia a mídia não se cansa de nos jogar na cara que nós somos*

*torturadores, que somos matadores (...). Acho que há muita injustiça*” (D’ARAÚJO, SOARES & CASTRO, 1994).

Talvez o ponto mais interessante destes depoimentos seja o fato de que o golpe apareça como o “resultado de ações dispersas e isoladas, embaladas, no entanto, pelo clima de inquietação e incertezas que invadiu a corporação” (Idem). Assim, não havia um projeto de governo entre os vencedores, sendo o mesmo moldado ao longo do exercício do poder, especialmente para conter os excessos da chamada linha dura como forma de garantir a unidade militar.

A memória dos militantes da esquerda sobre o golpe de 64 se construiu com base na compreensão de sua derrota. Segundo Dênis de Moraes, há quatro linhas interpretativas sobre a derrocada das forças progressistas. A primeira é que a política de alianças do bloco nacional-reformista superaria a ofensiva conservadora e golpista. Tal idéia criava a ilusão de que as reformas de base eram inevitáveis por conta da mobilização popular. A segunda tese propõe que as forças de esquerda não conseguiram estabelecer uma plataforma comum, mostrando a incapacidade de elaboração estratégia e tática para convencer a sociedade brasileira como um todo da necessidade de se implementar as reformas de base. Terceiro, “as contradições entre as próprias forças de esquerda impediram que elas impusessem a sua direção político-ideológica ao bloco nacional-reformista. Em consequência, revelaram-se impotentes para debelar a articulação do complexo conservador (IPES, ESG etc.) por uma reordenação do sistema capitalista no Brasil”. Por fim, a quarta linha interpretativa “transfere para o Presidente Goulart a responsabilidade maior pela derrota” (MORAES, 1989, p. 361-164).

Tais teses convergem para dois dados fundamentais para a compreensão da derrota da esquerda no contexto do golpe de 1964. De um lado, “as contradições entre as forças

progressistas superaram a busca de um consenso que respalde a unidade de ação nas questões centrais ao avanço democrático” e a “subestimação do valor da democracia” (Idem). Talvez o mais importante desta memória traumática para a esquerda seja a possibilidade de rever sua idéia de democracia, que, naquela época, era eminentemente instrumental, isto é, era apenas um meio para atingir o poder e não um fim em si. Hoje podemos afirmar que a democracia pode ser considerada um “valor universal” no seio da esquerda brasileira.

Mas gostaria aqui de destacar que, na disputa mnemônica entre a memória militar e a da esquerda, pelo menos do ponto de vista simbólico, a esquerda teve a capacidade de repassar sua memória de 64, derrotando, assim, a memória dos militares. Mesmo submetida a uma violência extrema e mantida na clandestinidade, a memória subterrânea dos militantes de esquerda dos anos 1960-1970 souberam construir uma rede simbólica e marginal na família e nos círculos de amizades que possibilitou a sua emergência no processo de redemocratização, denunciando as cassações, prisões e torturas a que foram submetidos.

Essa disputa continua e de modo recorrente tem emergido nos contextos comemorativos como é o caso dos 40 anos do Golpe de 1964. Sua importância deve ser aqui reiterada pelo fato de que o fracasso da solução institucional para as reformas propostas em 1964 se deveu ao fraco compromisso com a manutenção das regras democráticas, tanto por parte da direita como da esquerda, pois nenhum “dos dois grupos mostrava-se disposto a assumir as implicações da incerteza de resultados embutida na noção de democracia” (FIGUEIREDO in TOLEDO, 1997, p. 53). Reiterar a democracia como “valor universal” hoje talvez seja o melhor caminho, tanto para a direita como para a esquerda, para que possamos afirmar, em alto e bom som: DITADURA NUNCA MAIS!

### 3.

À guisa de conclusão, no confronto das memórias, a esquerda brasileira conseguiu produzir uma leitura que privilegiou a importância da construção de uma consciência democrática e de cidadania, tentando evitar a política de esquecimento produzido por diferentes grupos sociais em luta no processo de transição democrática. Tal fato pode ser explicado, em parte, pela negligência de parte significativa da esquerda sobre a questão democrática nos anos 1960 e que foi revisto na luta democrática.

Ao contrário, a memória militar viu-se imersa nas contradições ocasionadas pelo envolvimento direto dos militares no exercício do poder, configurando uma imagem negativa de toda a corporação, ligando-a a prisão, a tortura, ao assassinato de oponentes, ao terrorismo de Estado, enfim, a toda a prática de violência e repressão vinculada aos porões da ditadura militar.

As questões aqui levantadas possibilitam discutir o papel do historiador e da história no confronto das memórias coletivas e a sua importância no contexto da dominação social no mundo contemporâneo. O direito à memória torna-se, assim, dimensão fundamental da cidadania, pois a preservação dos registros da história e do seu livre acesso aos diversos sujeitos sociais depende da maior participação da sociedade civil nos quadros decisórios. Assim, o historiador deve, enquanto trabalhador da memória, colaborar, como mencionado na epígrafe do trabalho, “... *de forma a que a memória colectiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens*” (LE GOFF, 1984).

## ***BIBLIOGRAFIA***

CARNEIRO, Luiz Orlando. Acesso a documentos ‘voltou aos tempos do regime militar’.

In: **Jornal do Brasil On Line**. 14 de outubro de 2003.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996.

D´ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon % CASTRO, Celso (orgs.). **Visões do Golpe: A Memória Militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

DOSSE, François. **A História**. Bauru/SP: EDUSC, 2003.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Lisboa: Teorema, 1999.

FRENTRESS, James & WICKMAN, Chris. **Memória Social**. Lisboa: Teorema, 1992.

FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral, Comemorações e Ética. In: **Projeto História**. São Paulo, (15), abril 1997.

GILLS, John R. – Introduction: Memory and Identity: the history of a relationship. \_\_\_\_ (dir.). **Commemorations: the politics of national identity**. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1996.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, J. – **Enciclopédia Einaudi**. V. 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

MORAES, Dênis de. **A Esquerda e o Golpe de 64: Vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

NORA, Pierre (dir.). **Les Lieux de Mémoire: Les Frances.** V. 3. Édition Quarto. Paris: Gallimard, 1997.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Americanos: Representações da Identidade Nacional no Brasil e nos EUA.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

SAMUEL, Raphael. Teatro da Memória. In: **Projeto História.** São Paulo, n. 14, fevereiro/1997 (Cultura e Representação), p. 41-45.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Apresentação. In: ASSIS, Denise. **Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe (1962-1964).** Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2001.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/Comemoração: as utilizações sociais da memória. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, ANPUH, vol. 22, nº 44, dezembro de 2002.

TODOROV, Tzvetan. **Memória do Mal, Tentação do Bem: Indagações sobre o século XX.** São Paulo: Arx, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **Visões Críticas do Golpe: Democracia e Reformas no Populismo.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

VASCONCELOS, José Gerardo. **Memórias do Silêncio: Militantes de esquerda no Brasil autoritário.** Fortaleza: Editora da UFC, 1998.